



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3607, DE 2021

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para dispor sobre os casos em que o teto de financiamento será flexível ou dispensado.

**AUTORIA:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências*, para dispor sobre os casos em que o teto de financiamento será flexível ou dispensado.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 4º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com acrescido dos seguintes §§ 14-A e 14-B:

**Art. 4º** .....

§ 14-A. Para os financiamentos pelo Fies de 100% (cem por cento) dos encargos educacionais, o teto do financiamento será ajustável até que a contrapartida devida pelo estudante, diferença entre a mensalidade e o teto estabelecido pelo FIES, seja inferior a 50% da renda familiar *per capita*.

§ 14-B. O teto do financiamento de que trata o § 14-B não será aplicável ao estudante inscrito em programa social do governo ou ao atleta olímpico em formação com mais de seis anos de prática e participação em competições oficiais de uma mesma modalidade esportiva.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que se destina a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos que tenham avaliação

positiva nos processos conduzidos pelo MEC. O pagamento da mensalidade às instituições de ensino é feito através da emissão de títulos da dívida pública utilizados para a quitação de obrigações tributárias e previdenciárias. Por sua vez, os estudantes beneficiários do programa começam a amortizar a dívida depois de formados, sendo que o novo Fies possibilita juros zero a quem mais precisa e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato, sendo que eventual valor que supere ao financiado deve ser pago pelo estudante diretamente à instituição de ensino.

O Fies é responsável por permitir formação educacional a centenas de milhares de estudantes beneficiários desse mecanismo seguro e prático de financiamento. Além disso, o Fundo contribui para a sustentabilidade financeira de muitas instituições de ensino superior e é importante instrumento para o cumprimento da meta 12 para a educação superior apresentada no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, segundo a qual deverá ser elevada a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos até 2024.

Acontece que, apesar de o Fies ter sido criado para atender estudantes com renda familiar *per capita* de até 3 salários-mínimos, em muitos casos o teto de financiamento imposto pelo programa torna inviável os estudos de quem mais precisa, uma vez que o estudante tem que arcar com a diferença entre o valor da mensalidade e esse limite.

Assim, para não comprometer o sustento do estudante, propomos que, no caso dos financiamentos de 100% (cem por cento) dos encargos educacionais, o teto do financiamento seja ajustável até que a



contrapartida devida pelo estudante, diferença entre a mensalidade e o teto estabelecido pelo FIES, seja inferior a 50% da renda familiar *per capita*.

Também com a finalidade de possibilitar a continuidade dos estudos de quem mais precisa, dispensamos o teto do financiamento para o estudante inscrito em programa social do governo, além de termos dispensado o teto também para atleta olímpico em formação com mais de seis anos de prática e participação em competições oficiais de uma mesma modalidade esportiva. Neste particular, entendemos que a medida poderá garantir o direito à educação a atletas profissionais, bem como sua reinserção futura no mercado de trabalho, depois da quase sempre inevitavelmente breve carreira, de modo a conferir-lhes maior tranquilidade para investirem no mundo esportivo.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para o amadurecimento e a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador Veneziano Vital do Rêgo

